

INFORMATIVO SENASA

Edição 06 - Julho / Dezembro 2025

CNSP

Propõe debate e fortalecimento de políticas públicas de segurança no país

QUALIFICAÇÃO

Estados aderem a projetos de modernização da segurança pública

FUNDO NACIONAL

Destaca investimentos na Amazônia Legal durante a COP 30

FORÇA NACIONAL

Missões chegam em todas as regiões do país



SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO DO

BRASIL
DO LADO DO Povo BRASILEIRO

APREENSÃO DE DROGAS

Prejuízo de mais de R\$ 20 milhões ao crime organizado

Amplia e fortalece o uso de soluções integradas na segurança pública

EAD SENASP

20 anos de existência

SINESP



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Ministro da Justiça e Segurança Pública
Enrique Ricardo Lewandowski

Secretário Nacional de Segurança Pública
Mario Luiz Sarrubbo

Chefe de Gabinete da SENASP
Marcio Bruno Rios Diniz

Diretora de Ensino e Pesquisa - DEP
Michele Gonçalves dos Ramos

Diretor da Força Nacional de Segurança Pública - DFNSP
Fernando Alencar Medeiros

Diretora de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública - DGFNSP
Camila Pintarelli

Diretora de Gestão e Integração de Informações - DGI
Vanessa Fusco Nogueira Simões

Diretor de Operações Integradas e de Inteligência - DIOPI
Rodney da Silva

Diretora do Sistema Único de Segurança Pública - DSUSP
Isabel Seixas de Figueiredo

Coordenadora-Geral de Administração / SENASP

Camilla Rodrigues Marques

Coordenação de Relações Institucionais / SENASP

Bruno Santos de Oliveira

Coordenação de Apoio Técnico e Administrativo / SENASP

Marcel Motta Vieira

Coordenação de Planejamento Estratégico e Avaliação / SENASP

Priscilla Oliveira

Coordenação de Análise Técnica e Integridade / SENASP

Cristina Mosquetta de Moraes

EQUIPE EDITORIAL

Alcemir Coelho da Silva - PMAM

Ana Amélia Jacó de Souza Nascimento - PMAM

Ana Gabriela Mendes Serra da Silva - PMAP

Everton Ubal Nunes - PMRS

Hermeson Michael Duarte da Silva - PMPB

Igor Rodrigues Coelho - PMMA

Jonilda Bonfim - Senasp/MJSP

Neuma dos Santos Souza - PMAC

Renan José Almeida Amaro - BMPA

Wagner Henrique Varela da Silva - PMPB

Vânia Spindola Arantes da Silva - PMGO

Diagramação

Alcemir Coelho da Silva - PMAM

Revisão

Jonilda Bonfim - Senasp/MJSP

Sumário



05

REUNIÃO CNSP Propõe debate e fortalecimento de políticas públicas de segurança no país



08

QUALIFICAÇÃO Estados aderem a projetos de modernização da segurança pública



12

FUNDO NACIONAL Destaca investimentos na Amazônia Legal durante a COP 30



17

EAD SENASP 20 anos de existência



20

SINESP Amplia e fortalece o uso de soluções integradas na segurança pública



23

FORÇA NACIONAL Missões chegam em todas as regiões do país



28

APREENSÃO DE DROGAS Prejuízo de mais de R\$ 20 milhões ao crime organizado



Ministério da Justiça e Segurança Pública Secretaria Nacional de Segurança Pública

Apresentação do Secretário



Ao longo de 2025, tive a oportunidade de acompanhar de perto a consolidação do compromisso desta Secretaria Nacional de Segurança Pública com o fortalecimento da segurança pública no Brasil.

Ao assumir esta gestão, a convite do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, tinha plena consciência dos desafios estruturais e operacionais que marcam o enfrentamento à criminalidade. Sabia, igualmente, que soluções efetivas exigiriam diálogo federativo, qualificação técnica e construção coletiva.

Nesse período, a atuação da Senasp esteve orientada pela cooperação com os estados e o Distrito Federal, pelo fortalecimento das capacidades institucionais e pela integração entre as forças de segurança pública. Foram compartilhadas soluções tecnológicas, promovidas capacitações e treinamentos, aprimorados protocolos operacionais e intensificada a atuação em regiões de fronteira e em ações de cooperação internacional.

Importantes operações policiais foram realizadas, com resultados concretos no enfrentamento ao crime organizado. Esses avanços refletem uma política de segurança pública baseada em planejamento, uso de dados e articulação institucional.

Os programas implementados apresentaram resultados relevantes. Ainda que a criminalidade, em especial o crime organizado de caráter transnacional, siga como um desafio permanente, avançamos de forma consistente na modernização de ferramentas, na qualificação dos profissionais e no fortalecimento da atuação integrada.

Reafirmamos, ao longo da gestão, a diretriz da segurança cidadã, orientada pelo uso proporcional da força, pela proteção da vida e pela busca de resultados sustentáveis. Com planejamento e integração, é possível produzir impactos duradouros no enfrentamento à criminalidade.

Ao encerrar este ciclo à frente da Secretaria Nacional de Segurança Pública, registro que a gestão 2024-2025 entregou resultados com ampla capilaridade no País, amparados por dados, avaliações e instrumentos de transparéncia.

Destaco, por fim, o avanço na integração entre a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, as Polícias Civis, as Polícias Técnico-Científicas, as Guardas Municipais, os órgãos do Ministério da Justiça e Segurança Pública e as secretarias de segurança, fortalecendo o caminho para a consolidação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

Agradeço a todos os profissionais e parceiros institucionais pela confiança, pelo empenho e pelo compromisso com a segurança pública do Brasil.

Mario Luiz Sarrubbo
Secretário Nacional de Segurança Pública



REUNIÃO DO CNSP PROPÕE DEBATE E FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA NO PAÍS



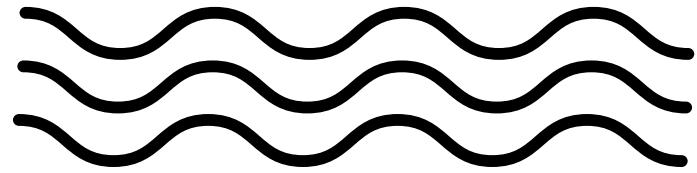
Foto: Ailton de Freitas/MJSP.

O Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (CNSP) iniciou, em 23 de setembro, em Brasília (DF), a sua 12ª Reunião Ordinária. Durante dois dias, representantes do governo, da sociedade civil e especialistas da área debatem os desafios atuais e os avanços na construção de políticas públicas de segurança mais eficientes, integradas e democráticas.

A abertura do encontro foi conduzida pelo secretário nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo, e pelo secretário Nacional de Políticas Penais (Senappen), André Garcia. “Nossa visão sempre foi trabalhar em conjunto, de forma articulada, com diversas representações, inclusive, da sociedade, para que, ao final, o esforço de todos nós, individual e coletivo, faça parte de uma agenda positiva para o nosso país”, disse Garcia.

Mario Sarrubbo reconheceu a importância do colegiado na construção um norte seguro para uma segurança pública mais democrática e mais eficiente. “Um trabalho fundamental para o fortalecimento de um sistema e de uma política de segurança pública que se pautem efetivamente por evidências, especialmente evidências científicas, visando à construção de um modelo de segurança que reafirme a autonomia e a soberania do nosso país, e que seja capaz de alcançar todas as camadas sociais da população brasileira”, destacou.

A programação do encontro prevê painéis, exposições de projetos e espaço para debates. O secretário nacional de Segurança Pública pontuou o caráter colaborativo da reunião, incentivando a participação ativa dos membros do Conselho. “Será, sim, uma reunião de prestação de contas, mas será, também, uma oportunidade para ouvirmos críticas e trabalharmos no aperfeiçoamento da nossa missão em contato com o sistema de segurança.”



Projetos no legislativo

Sarrubbo reforçou o compromisso do ministro Lewandowski com a área da segurança e citou uma série de ações em andamento, como propostas de alterações legislativas já encaminhadas ao Congresso, o aperfeiçoamento da Lei das Organizações Criminosas e medidas de combate ao mercado de receptação de produtos ilícitos. “Ministro Lewandowski e seu gabinete já propuseram alterações legislativas importantes, algumas delas, inclusive, já aprovadas no Congresso Nacional. Como, por exemplo, o olhar para os receptadores. Uma alteração legislativa pontual, mas necessária para olharmos para a segurança urbana, para a segurança das pessoas mais vulneráveis e do cidadão brasileiro como um todo”, disse.

Ele também revelou que está em fase final de elaboração, dentro do Ministério da Justiça, um novo projeto para o enfrentamento do crime organizado, com foco em inteligência financeira e recuperação de ativos. “O projeto se limita muito pouco a aumentos de pena. Ele se debruça, sobretudo, sobre a criação de um sistema, sobre um olhar para recuperação de ativos, medidas cautelares e, efetivamente, um olhar para aquilo que todos nós sabemos ser necessário hoje: o enfrentamento do fluxo financeiro que alimenta as organizações criminosas e sacrifica, em especial, a população mais vulnerável do nosso país”, concluiu o secretário.





BRASIL AVANÇA NA CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA BASEADO EM EVIDÊNCIAS

Foto: Ailton de Freitas/MJSP

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) sediou, nos dias 3 e 4 de dezembro, o Workshop Internacional de Produção de Estudos: Construção de um Sistema Nacional de Segurança Pública.

O encontro reuniu pesquisadores nacionais e internacionais, gestores públicos, membros do sistema de justiça e representantes da sociedade civil para discutir os caminhos de um sistema nacional robusto, integrado e orientado por evidências.

A iniciativa é conjunta do Centro de Estudos da Ordem Econômica da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e do MJSP, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), da Secretaria Nacional de Direitos Digitais (Sedigi) e da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon).

A agenda partiu de um diagnóstico amplo: apesar de instituído em 2018 pela Lei nº 13.675, o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) ainda enfrenta lacunas de institucionalização e coordenação.

Persistem a fragmentação histórica, a ausência de padrões nacionais e a insuficiência de instrumentos que permitam organizar dados confiáveis, comparáveis e acessíveis entre os entes da Federação.

Inspirado no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Assistência Social (Suas), o Susp busca justamente superar esse quadro.

Com foco no fortalecimento dos arranjos jurídico-institucionais e na construção do DataSusp, uma arquitetura nacional de dados de segurança pública, o workshop recebe como convidado internacional o professor John J. Donohue, da Stanford Law School, referência mundial em pesquisa empírica sobre violência, armas de fogo e políticas penais.



Secretarias do MJSP destacam a relevância estratégica do encontro

O secretário Nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo, ressaltou a centralidade da pesquisa científica, da inteligência policial qualificada e da integração entre instituições para transformar realidades.

“Nos últimos anos, o Brasil insistiu em operações sem ciência, sem inteligência prévia e com alta letalidade – e isso não produz mudança real. Estamos mostrando que é possível retomar territórios dominados por facções com base em dados, planejamento e ação policial não letal”, defendeu.

O evento foi uma parceria entre Unifesp, USP e MJSP, com participação de três secretarias nacionais do MJSP.

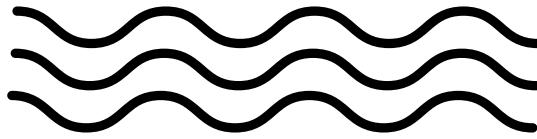
Sarrubbo compartilhou o exemplo recente de uma ação bem-sucedida no estado do Rio Grande do Norte: “Realizamos uma operação com cerca de 150 prisões, sem um único disparo e sem mortes. E, pela primeira vez, moradores disseram: ‘Antes, ouvíamos o barulho dos tiros; agora, voltamos a ouvir o barulho dos pássaros’”.





Foto: Bruno Oliveira/MJSP

BRASIL REFORÇA PROTAGONISMO EM MISSÕES DE PAZ DA ONU



Com o objetivo de verificar in loco as instruções ministradas no Estágio de Preparação para Missões de Paz, o Secretário Nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo, visitou, em 21/10, as instalações do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) – Centro Sérgio Vieira de Mello, conhecido como Casa do Soldado da Paz – localizado na Vila Militar, no Rio de Janeiro (RJ).

Durante a visita, foram consolidados os trabalhos do Grupo de Trabalho Interministerial, formado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério da Defesa (MD) e Exército Brasileiro, por meio da Inspetoria-Geral das Polícias Militares (IGPM). A iniciativa tem como objetivo ampliar o efetivo de policiais brasileiros em missões de paz no exterior.

“Estamos estreitando relações e aperfeiçoando este projeto, que é muito importante para as nossas forças, pela experiência que se ganha nessas missões de paz no exterior. Isso demonstra que o Brasil continua sendo um país de relações internacionais, que trabalha com a lógica da cooperação internacional, no contexto em que essa cooperação e fraternidade entre os países se tornam cada vez mais necessárias”, afirmou o secretário do MJSP.

MJSP participa da Cúpula Regional de Segurança Cidadã em Buenos Aires



Com o tema central “a segurança transfronteiriça diante do crime organizado transnacional”, foi realizada em Buenos Aires, na Argentina a reunião da Cúpula Regional de Segurança Cidadã e Justiça. O evento promovido pelo BID aconteceu nos dias 8 e 9 de setembro, em coordenação com o Ministério da Segurança Nacional da Argentina.

O encontro reuniu ministros da justiça e da segurança da região, bem como representantes de países não regionais membros do BID, parceiros estratégicos e atores-chave, com o objetivo de fortalecer alianças, compartilhar experiências e definir um plano de ação conjunto até 2026.

O secretário Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Mario Sarrubbo, participou, na tarde do dia 8/9, do Painel Processo judicial estratégico: fortalecendo as capacidades para reduzir a impunidade e desmantelar as redes criminosas.

Ele destacou que a importância da segurança transfronteiriça e as ameaças comuns devem ser soluções compartilhadas para combater o crime organizado, que é transnacional.





Foto: Divulgação/MJSP

MINAS GERAIS E RIO GRANDE DO SUL ADEREM A PROJETOS DO MJSP DE MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Cerimônias de formalização ocorreram em Belo Horizonte (MG) e em Porto Alegre (RS), nos dias 8 e 11 de julho, respectivamente. As duas unidades da Federação passam a integrar o programa de qualificação do uso da força

Minas Gerais (MG) e Rio Grande do Sul (RS) aderiram ao Projeto Nacional de Qualificação do Uso da Força, iniciativa da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

A proposta é aperfeiçoar a atuação dos profissionais de segurança pública ao estabelecer regras e padrões claros para garantir que as abordagens dos agentes sejam justas e seguras e, dessa maneira, reduzir quantidade de ações sujeitas a serem consideradas desproporcionais. Com as novas adesões, agora, são 12 unidades federativas adeptas ao projeto no País.

Na opinião do secretário Nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo, que participou da cerimônia em Porto Alegre (RS), a inclusão dos dois estados no projeto consagra uma política pública de valorização das forças de segurança, que passam a contar com instrumentos não letais nas suas atividades diárias, preservando vidas e, ao mesmo tempo, garantindo eficiência.

“Mais do que isso, representa o reconhecimento de que uma política eficiente de segurança instrumentaliza as forças com armas letais e não letais, padronizando procedimentos e conferindo segurança jurídica para a atuação dos profissionais”, declarou o titular da Senasp.

O MJSP doou 13.870 espargidores de pimenta, 3 mil kits completos de armas eletroeletrônicas de incapacitação neuromuscular e 37 caminhonetes/SUV com proteção balística nível III, totalizando um investimento superior a R\$ 27 milhões em equipamentos.

Já na cerimônia em Belo Horizonte, o MJSP entregou para Minas Gerais 27.240 espargidores, 742 kits (armas eletroeletrônicas de incapacitação neuromuscular, cartucho, coldre, bateria, maleta) e 207 coletes de proteção balística ao estado, totalizando R\$ 6,1 milhões. A previsão é capacitar 80 policiais militares no curso de uso da força no estado até o fim de 2025.

Segundo a diretora do Sistema Único de Segurança Pública (Dsusp), Isabel Figueiredo, mais do que receber equipamentos e recursos, a adesão dos estados significa o comprometimento das polícias militares de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul com a atualização da doutrina, fortalecimento dos mecanismos de controle e capacitação dos profissionais.

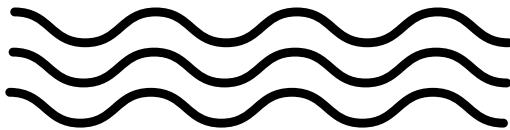
“Foram duas adesões importantes e isso mostra que, do ponto de vista técnico, esse projeto é um sucesso e que estamos no caminho certo de ampliar a segurança da população, além de oferecer parâmetros de segurança jurídica e de atuação dos próprios profissionais de segurança”, afirmou Isabel, que esteve nas solenidades na capital mineira e na gaúcha.



Foto: Divulgação/MJSP

ESCUTA SUSP AMPLIA SERVIÇOS E PASSA A OFERECER PSIQUIATRIA E FARMACOLOGIA

Projeto de saúde mental, oferecido pelo MJSP para profissionais da segurança pública, já promoveu quase 14 mil consultas. Atendimentos são on-line e sigilosos



O Escuta Susp passa a oferecer atendimentos nas áreas de psiquiatria e de farmacologia. Com a inclusão das novas especialidades, os profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) poderão contar com consulta psiquiátrica e gerenciamento de terapia medicamentosa de forma articulada com os atendimentos psicológicos já em curso.

Até antes da expansão, o projeto já oferecia três níveis de atenção à saúde mental: acolhimento, psicoterapia e promoção à vida (para onde são encaminhadas as situações mais delicadas, como comportamento suicida). Agora, com a inclusão de novos serviços, o projeto de apoio à saúde mental garante um cuidado mais completo e integrado.

A consulta em psiquiatria e em gerenciamento de terapia medicamentosa ocorrerá a partir de encaminhamento feito pelos atendimentos de psicologia.

O serviço psiquiátrico será feito por médicos residentes em psiquiatria. O serviço de gerenciamento de terapia medicamentosa contará com bolsistas do último ano de graduação, mestrado ou doutorado na área de farmácia. Ambos terão a coordenação e supervisão de professores doutores das respectivas áreas.

Criada em maio de 2024 pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), a iniciativa já contabiliza quase 14 mil atendimentos psicológicos, em 24 unidades da Federação. “A ampliação do projeto é reflexo do sucesso alcançado até aqui e da necessidade de um olhar multidisciplinar sobre a saúde mental dos profissionais de segurança”, destaca a diretora do Sistema Único de Segurança Pública (Dsusp), Isabel Figueiredo.

Ação é conduzida pela Senasp com parceria da UFMG

O projeto é conduzido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). As consultas são on-line, sigilosas e ocorrem por meio da plataforma do projeto.

O Escuta Susp é base para a elaboração de protocolos em saúde mental específicos para profissionais de segurança pública, com acolhimento para demandas pontuais, psicoterapia contínua e intervenções preventivas contra o suicídio.

Contato:

escuta.susp@mj.gov.br





Foto: Divulgação/MJSP

AMBER ALERT: ADOLESCENTE DESAPARECIDA NO ESPÍRITO SANTO É ENCONTRADA

Tecnologia divulga, nas redes sociais, fotos de crianças e de adolescentes que sumiram em circunstâncias suspeitas. Iniciativa adotada pelo MJSP em 2023, por meio do Ciberlab, já colaborou com a resolução de seis casos

Uma adolescente de 13 anos, desaparecida de Cariacica (ES) desde 15 de julho, foi encontrada, no sábado (19/7), em Vila Velha (ES), pela Polícia Civil do Espírito Santo, com a ajuda do Amber Alert. A tecnologia desenvolvida pela Meta, e adotada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), divulga no Instagram e no Facebook fotos de crianças e de adolescentes desaparecidos em circunstâncias suspeitas.

Esse é o segundo caso de sucesso em 2025 e o sexto desde que o Amber Alert começou a ser utilizado no Brasil, em 2023. O primeiro deste ano foi em fevereiro, em Santa Catarina (SC). Os outros quatro ocorreram em 2024 – um no Paraná (PR), em 18 de agosto, e os outros três no Ceará (CE), em 9 de agosto, 3 de junho e 26 de fevereiro. Até julho, a ferramenta foi acionada 64 vezes.

A cooperação técnica entre o MJSP e a Meta se dá por meio do Laboratório de Operações Cibernéticas (Ciberlab), da Diretoria de Operações e Inteligência (Diopi), da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). Após identificar que a ocorrência se enquadra nos requisitos do Amber Alert – vítima criança ou adolescente, desaparecida em circunstâncias suspeitas e com risco de lesão corporal – a Polícia Civil reporta a ocorrência ao Ciberlab, que, por sua vez, comunica a Meta.

A empresa, então, divulga fotos e descrição das roupas da vítima em um raio de 160 km do local da ocorrência. Para garantir maior visibilidade possível, todas as pessoas com perfil nas redes sociais dentro dessa área receberão notificação. A campanha vale para casos recentes e cada imagem fica disponível por até 24 h.

O secretário da Senasp, Mario Sarrubbo, ressalta que a união das forças de segurança, aliada à tecnologia e à inteligência, promove resultados extremamente positivos.

“O trabalho conjunto com todos os agentes de segurança, alinhando tecnologia e inteligência, gera resultados positivos. E esse foi mais um caso bem-sucedido. Toda vez que conseguimos devolver um menor de idade para sua família, nos dá a certeza de que estamos no caminho certo”, afirma Mario Sarrubbo.

Segundo o delegado Luis Gustavo Ximenes da Silva, responsável pelo caso, o sucesso da operação é reflexo direto da força de um sistema que une tecnologia e cooperação entre instituições e sociedade.

“Esse foi o primeiro acionamento do Espírito Santo no Amber Alert, e o sistema se mostrou um instrumento fundamental para acelerar a resposta diante de uma situação crítica e garantir a proteção de uma vida em risco”, avalia o delegado.

Já aderiram ao Amber Alert 26 entes da Federação: Acre (AC), Alagoas (AL), Amapá (AP), Amazonas (AM), Bahia (BA), Ceará (CE), Distrito Federal (DF), Espírito Santo (ES), Goiás (GO), Maranhão (MA), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Minas Gerais (MG), Pará (PA), Paraná (PR), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Norte (RN), Rio Grande do Sul (RS), Rondônia (RO), Roraima (RR), Santa Catarina, Sergipe (SE) e Tocantins (TO).





Foto: Divulgação/MJSP

PARÁ REFORÇA SEGURANÇA COM A ADESÃO AOS PROJETOS NACIONAIS DE USO DA FORÇA E DE CÂMERAS CORPORAIS

Investimento de quase R\$ 14 milhões inclui entrega de equipamentos e capacitação de policiais por meio de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública

O Pará (PA) oficializou sua adesão a dois importantes projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP): Qualificação do Uso da Força e Câmeras Corporais. A assinatura dos termos ocorreu no Comando-Geral da Polícia Militar do Pará, em Belém, e marca um avanço estratégico para a segurança pública local.

Com a adesão, oficializada em 12/8, o estado se torna o 18º a integrar o projeto de uso da força, que define regras e padrões claros para garantir abordagens mais justas e seguras, reduzindo ações que possam ser consideradas desproporcionais.

Já no projeto de uso de câmeras corporais, o Pará é o oitavo a participar da iniciativa, que combina diretrizes normativas, certificação de equipamentos, diagnósticos, capacitação, apoio na aquisição e avaliação de impacto para otimizar a aplicação da tecnologia.

O MJSP destinou quase R\$ 14 milhões para as duas ações, valor que contempla a doação de 11.892 espargidores de pimenta, 200 kits de armas de incapacitação neuromuscular, 210 coletes balísticos, capacitação de até 80 policiais e a compra de armamentos e câmeras corporais.

Segundo o secretário Nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo, o investimento reforça o compromisso com a proteção de vidas e a atuação qualificada das forças policiais.

“O projeto de uso da força deixa claro que buscamos uma polícia de excelência, preparada e equipada, que utilize armamentos não letais quando suficientes e letais apenas quando indispensáveis à proteção da vida”, destacou.

O secretário de Segurança Pública do Pará, Ualame Machado, ressaltou que o reforço chega em momento estratégico, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), em novembro, na capital Belém.

“Esse trabalho integrado é essencial em um estado do tamanho do Pará. O apoio da Senasp, com equipamentos e orientações, é fundamental para enfrentarmos os desafios que temos pela frente”, afirmou.

A solenidade contou ainda com a presença da diretora do Sistema Único de Segurança Pública (Dsusp), Isabel Figueiredo.

Câmeras corporais e Uso da força

O projeto busca ampliar o uso de câmeras corporais nas polícias brasileiras para padronizar procedimentos, garantir maior segurança nas operações, reduzir incidentes com a população e melhorar a coleta de evidências criminais. O financiamento será feito por meio do Edital nº 30/2024 e de repasses do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). A iniciativa **Uso da Força** regulamenta a aplicação do nível adequado de força diante de ameaças reais ou iminentes, minimizando riscos e evitando ferimentos ou mortes desnecessárias, além de reforçar a segurança jurídica dos profissionais e aumentar a proteção da população.





Foto: Divulgação/MJSP

FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DESTACA INVESTIMENTOS NA AMAZÔNIA LEGAL DURANTE A COP 30

Durante painel realizado na Green Zone da COP 30, o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), vinculado à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), apresentou os resultados e o impacto dos investimentos na Amazônia Legal.

Segundo os dados divulgados, a pasta administra mais de R\$ 11 bilhões destinados ao fortalecimento da segurança pública – fator considerado estratégico para a proteção do meio ambiente e o enfrentamento de crimes ambientais que ultrapassam fronteiras.

Desde 2019, quase R\$ 3 bilhões foram transferidos por meio de repasses diretos aos estados da Amazônia Legal, possibilitando a implantação de centros de comando e controle, unidades de gerenciamento de fronteiras, lanchas blindadas, renovação de frotas e armamentos, modernização de perícias e construção de estruturas para os corpos de bombeiros militares. Os recursos também foram aplicados na aquisição de uniformes, munições, veículos e equipamentos de saúde, entre outros investimentos estruturantes.

Na modalidade de convênios, o painel destacou mais de R\$ 300 milhões em execução, sendo que parte dos valores estão investidos na execução de 30 obras em andamento no Amapá, transformando a infraestrutura da segurança pública no estado. Também houve avanço nas operações integradas: nos últimos dois anos, foram aplicados R\$ 258 milhões nessa frente, impactando em mais de R\$ 5,5 bilhões das atividades do crime organizado. De cada 1 real investido nas operações, 22 reais são retirados do crime organizado, segundo estimativas da Senasp.

“Além dos recursos repassados, é importante ressaltar o papel do Fundo na facilitação das contratações públicas, por meio das atas nacionais de registro de preços do ComprasSusp – a maior plataforma de compras públicas em segurança pública do Brasil”, afirmou a diretora do Fundo Nacional de Segurança Pública, Camila Pintarelli.

A titular da diretoria ressaltou, ainda, que é essencial aprimorar a governança orçamentária do setor. “Precisamos trabalhar para construir uma governança orçamentária em segurança pública voltada à preservação ambiental, levando em consideração a multiplicidade de fontes de recursos, o potencial das aquisições centralizadas e a integração federativa. Sem orçamento, não há política pública”, completou.

Segurança pública na agenda climática

A 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém (PA), marca um momento histórico para o Brasil. Pela primeira vez, o país sedia o principal evento global sobre o clima, reunindo chefes de Estado, cientistas, lideranças indígenas e representantes da sociedade civil.

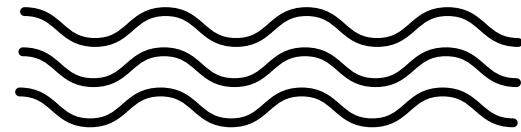
No contexto da conferência, o painel da Senasp destacou a relação direta entre segurança pública e sustentabilidade, evidenciando que o combate a crimes como o garimpo ilegal, o desmatamento, o tráfico de animais e a exploração irregular de recursos naturais depende da presença do Estado e do fortalecimento das forças de segurança nos nove estados da Amazônia Legal.





MJSP LANÇA PRIMEIRA CONTRATAÇÃO NACIONAL DE VEÍCULOS HÍBRIDOS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

Foto: Isaac Amorim/MJSP



O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) realizou a assinatura da Ata de Registro de Preços nº 56/2025 para a aquisição de veículos híbridos no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Trata-se da primeira contratação nacional desse tipo feita pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

A ata nacional de registro de preços, assinada em 28 de novembro, tem valor de R\$ 390 milhões e deriva de contratação feita pela plataforma ComprasSusp, gerida pelo Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

A partir da assinatura, as instituições integrantes do Sistema Único de Segurança Pública, em todo o Brasil, poderão aderir a esta ata e contratar os veículos híbridos com recursos do próprio Fundo Nacional de Segurança Pública, de emendas parlamentares ou de seu próprio orçamento. Os veículos contam com proteção balística nível IIIA e podem operar em modo totalmente elétrico, contribuindo para reduzir emissões e tornar mais eficiente o uso dos recursos públicos, especialmente na manutenção e no abastecimento.

A iniciativa de licitar esse tipo de veículo marca um passo importante na modernização da frota e na adoção de práticas alinhadas à transição energética.

A diretora do Fundo Nacional, Camila Pintarelli, responsável pela assinatura de todas as contratações feitas na Secretaria Nacional de Segurança Pública, destacou que a adoção de soluções energéticas mais limpas também fortalece a política de segurança pública. "A preocupação com a sustentabilidade representa um avanço crucial. Investir em tecnologias renováveis moderniza o setor e envia um sinal claro à sociedade sobre o compromisso do Ministério e da Senasp com escolhas responsáveis", afirmou.

Todo o processo licitatório foi conduzido com base na Lei de Licitações, nas orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) e registrado na Plataforma Segurança Transparente, ferramenta que assegura rastreabilidade, higidez e garante governança às contratações do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Pintarelli explicou, ainda, que a modernização da frota só é possível porque o processo licitatório priorizou qualidade e capacidade técnica. "Buscamos não apenas preço, mas a melhor entrega possível. Essa licitação dialoga com as premissas ambientais e com a necessidade de fortalecer a estrutura da segurança pública sob a perspectiva da preservação do meio ambiente", disse.

A ARP nº 56/2025 poderá ser utilizada por instituições do SUSP em todo o País, com previsão de até 1.411 unidades e valor total registrado de R\$ 385,2 milhões. O mecanismo amplia o acesso a tecnologias mais modernas, harmoniza padrões de qualidade entre os estados e fortalece a gestão das compras públicas na área da segurança.

Camila ressaltou que a adoção de soluções sustentáveis na segurança pública acompanha um movimento global. "Esta iniciativa mostra que estamos alinhados às melhores práticas e comprometidos com a legalidade, a transparência e a construção de políticas públicas voltadas para o futuro. A transição energética passa pela segurança pública, e queremos ser protagonistas nesse processo", finalizou.





FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA IMPULSIONA EXECUÇÃO RECORDE DE RECURSOS EM 2025 E CONCLUI AUDITORIAS PRESENCIAIS

Foto: Divulgação/MJSP

O Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) encerrou o ciclo de auditorias de 2025 com resultados expressivos. Até outubro, a liquidação dos recursos repassados por meio das transferências “fundo a fundo” ultrapassou R\$ 1 bilhão, ritmo que indica um novo recorde na execução financeira anual. Esse avanço ocorreu junto à realização de diligências presenciais em 17 estados: Alagoas (AL), Amazonas (AM), Bahia (BA), Maranhão (MA), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Minas Gerais (MG), Pará (PA), Paraná (PR), Pernambuco (PE), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Norte (RN), Rio Grande do Sul (RS), Rondônia (RO), Roraima (RR) e São Paulo (SP), além do Distrito Federal (DF).

As visitas *in loco*, que atendem às recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU), se consolidaram como um instrumento eficaz de aproximação federativa. Em cada agenda, as equipes do Fundo orientam gestores distritais, estaduais e municipais sobre boas práticas de execução, governança de projetos e sobre o aprimoramento de rotinas envolvendo doações, licitações, contratos, convênios e emendas parlamentares.

Em 2025, o escopo das diligências foi ampliado com a inclusão de oficinas temáticas relacionadas a todas as áreas de atuação do FNSP: transferências fundo a fundo, convênios, doações e planejamento contratual. Elaboradas de acordo com a realidade de cada estado, as capacitações oferecem qualificação técnica no local, sem custos adicionais, e ampliam o impacto na formação das equipes responsáveis pela execução dos recursos públicos.

“É uma agenda de trabalho anual que exige muito esforço, mas os resultados são gratificantes e mostram a relevância da nossa presença física nos estados. Com quase R\$ 27 bilhões sob gestão em diferentes frentes, visitar os entes federativos, ouvir suas demandas e apoiar as equipes locais é uma demonstração concreta da responsabilidade administrativa do Fundo Nacional de Segurança Pública”, afirma a diretora do FNSP, Camila Pintarelli.

As iniciativas já refletem nos principais indicadores. Em 2024, os entes federativos alcançaram um recorde na liquidação das transferências fundo a fundo, somando R\$ 1,114 bilhão. Em 2025, a expectativa é superar esse resultado, pois o valor acumulado até outubro se aproxima do total executado no ano anterior.

Na carteira de convênios, que supera R\$ 3 bilhões, as diligências têm fortalecido a qualificação das equipes municipais, ampliando a capacidade de execução e reduzindo gargalos históricos na implementação de projetos.

A atuação técnica do Fundo também aprimorou a gestão das doações realizadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), todas financiadas com recursos do FNSP. Entre os avanços recentes estão a criação da Rede Logística e a regularização de milhões de reais em bens doados que ainda estavam registrados em nome da União.

No campo das licitações, as visitas têm funcionado como catalisadoras do planejamento contratual – etapa essencial para identificar necessidades, estruturar editais e garantir a compra de equipamentos de forma mais eficiente para as forças de segurança estaduais e municipais.





PROJETO PEGASUS GANHA PROTAGONISMO EM SEMINÁRIO INTERNACIONAL E REFORÇA PAPEL ESTRATÉGICO DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Foto: CB Silva Vieira e SD Neiva/ESD

Durante a abertura do Seminário Internacional AeroFire, ocorrido em 18 de novembro, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) destacou o Projeto Pegasus, uma inovação brasileira que amplia a capacidade nacional de enfrentamento a emergências ambientais.

A iniciativa foi criada pelo MJSP, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), e é executada pela Diretoria-Geral do Fundo Nacional de Segurança Pública (DGFNSP) e pela Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), órgãos vinculados ao mesmo ministério. O projeto foi apresentado durante evento promovido pelo Ministério da Defesa, por intermédio da Escola Superior de Defesa (ESD).

O Pegasus é uma das ações mais avançadas do Brasil em compartilhamento de infraestrutura aérea, usada no combate a incêndios florestais, em operações de busca e salvamento e em outras situações críticas intensificadas pelas mudanças climáticas.

O projeto surge como uma solução inédita na política de segurança pública brasileira. Pela primeira vez, helicópteros dos estados e do Distrito Federal passam a integrar um sistema nacional único de acionamento. Isso permite mobilizar de imediato aeronaves que estejam ociosas para apoiar respostas emergenciais em qualquer região do País.

A governança é conjunta entre o MJSP, por meio da Senasp, e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), pela Defesa Civil Nacional. Com essa coordenação unificada, é possível evitar trabalho dobrado e tornar as operações mais eficientes.

Na ocasião da apresentação do Projeto, cinco unidades da Federação já formalizaram adesão ao Pegasus: Bahia (BA), Distrito Federal (DF), Mato Grosso do Sul (MS), Pará (PA) e Rio Grande do Norte (RN). Outros estados estão na fase final de ajustes técnicos e administrativos para integrar suas frotas de helicópteros de asa rotativa ao projeto, o que amplia o alcance da iniciativa.

O modelo permite convocar qualquer aeronave disponível para missões específicas, sem precisar comprar novos equipamentos. Assim, o Pegasus otimiza recursos e acelera a capacidade de resposta nacional.

Durante o painel de abertura do AeroFire, a diretora do Fundo Nacional de Segurança Pública, Camila Pintarelli, apresentou os principais pontos do Pegasus e destacou a mudança que o projeto traz para o País. Para ela, a iniciativa marca uma nova forma de organizar operações de busca e salvamento, ao adotar o compartilhamento de helicópteros entre os entes federativos. Esse modelo, já usado na Europa e nos Estados Unidos, ainda é pouco aplicado no Brasil.

InovaFundo: lança plataforma de gestão

O Ministério da Justiça e Segurança Pública lança plataforma de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública. O InovaFundo foi concebida como um instrumento estratégico para a consolidação, integração e modernização de iniciativas voltadas aos eixos de capacitação contínua, metodologias e sistemas, tendo a governança de dados como núcleo estruturante.

Como diferencial, estão: ênfase em democratizar o acesso às ferramentas digitais, amplia o domínio tecnológico dos servidores e promove a inclusão digital interna, reforçando o papel do MJSP como referência na modernização administrativa e governança baseada em dados.





MJSP INTERMEDIARÁ USO DE R\$ 150 MILHÕES DO FUNDO AMAZÔNIA NO COMBATE A INCÊNDIOS NO CERRADO E NO PANTANAL

Foto: Divulgação/MJSP

Em iniciativa inédita e de vanguarda, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senasp/MJSP), por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), enviou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) projeto para utilização de R\$ 150 milhões do Fundo Amazônia. Os recursos serão utilizados para a equipagem dos Corpos de Bombeiros Militares dos estados de Minas Gerais (MG), de Mato Grosso do Sul (MS), de Goiás (GO), da Bahia (BA), do Piauí (PI), além do Distrito Federal (DF), da Força Nacional de Segurança Pública e de brigadas voluntárias.

O Projeto Manejo Integrado do Fogo foi aprovado, no dia 1º de julho, pelo Comitê de Crédito e Operações (CCOp) do BNDES e é resultado de atuação conjunta e concatenada da Casa Civil da Presidência da República, do MJSP, do Ministério do Meio Ambiente e da própria instituição financeira. Trata-se de mais uma frente de atuação do Ministério no enfrentamento a incêndios florestais, agora focada na etapa técnica de preparação para as operações.

De acordo com o projeto, os recursos do Fundo Amazônia serão aplicados diretamente na aquisição de equipagem específica para o combate dos incêndios em ambos os biomas. As aquisições serão centralizadas pelo FNSP por meio da utilização de atas de registro de preço e licitações que já foram homologadas e estão vigentes. A sistemática da plataforma ComprasSusp – a maior de compras públicas em segurança do Brasil, que é gerida pelo Fundo e foi utilizada no processo –, garantiu que o projeto fosse apresentado com grande velocidade, uma vez que não será necessário efetuar novas licitações. É o que explica a diretora do FNSP, Camila Pintarelli.

De acordo com ela, "a iniciativa, além de se voltar à preservação do meio ambiente, reflete a importância de se pensar a segurança e a defesa social sob o ponto de vista da gestão e estruturação, de modo a trazer iniciativas modernas e inéditas para serem executadas em um cenário de integração ministerial, com o que são superados desafios orçamentários atualmente vivenciados".

"Ao se congregar, de modo pragmático, frentes bem sucedidas existentes em diversos Ministérios, conseguimos prover os Corpos de Bombeiros, a Força Nacional e as brigadas com equipamentos de excelência, resguardando o erário e sem que haja sobreposição", completa Pintarelli.

Distribuição estratégica de equipamentos

A distribuição dos equipamentos foi alcançada em comum acordo com os Corpos de Bombeiros dos entes federativos envolvidos, em seleção feita a partir dos itens já disponíveis em atas de registro de preço do ComprasSusp. Além disso, o processo de escuta preliminar à distribuição dos equipamentos garante que os itens sejam, de fato, úteis à realidade de cada uma das corporações beneficiadas.

O projeto, apresentado pelo Fundo Nacional de Segurança Pública após rodadas de reuniões interministeriais, também contará com a governança do Conselho Nacional do Manejo Integrado do Fogo - COMIF, do Ministério do Meio Ambiente, no qual o MJSP tem assento e é representado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Segundo Eduardo Manso, Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças do Fundo Nacional de Segurança Pública, "a eficiência e a boa gestão dos recursos públicos estão materializadas nesse projeto moderno, que certamente mudará a realidade de combate a incêndios nos biomas do cerrado e do pantanal."



REDE EAD SENASP FAZ 20 ANOS: PLATAFORMA JÁ QUALIFICOU MAIS DE 800 MIL PROFISSIONAIS

Em novembro de 2025, a Rede Nacional de Educação a Distância em Segurança Pública (Rede EaD Senasp) celebrou 20 anos, consolidando-se como um dos principais instrumentos de capacitação do Susp. Nesse período, já formou mais de 800 mil profissionais, totalizando 4,5 milhões de capacitações.

O modelo, que evoluiu de telecentros e transmissões via satélite para uma plataforma totalmente digital, democratizou o acesso ao conhecimento e ampliou a qualificação até regiões remotas. Apenas nos últimos três anos, foram concluídas 620 mil capacitações, com investimento superior a R\$ 170 milhões, incluindo os investimentos nas três edições do Bolsa-Formação.

Reforçando a oferta de formação na plataforma, no segundo semestre de 2025, oito novos cursos foram lançados na plataforma:

- **Câmeras Corporais na Segurança Pública (40h)** – formação para uso técnico, ético e estratégico das câmeras corporais, melhorando a interação entre policiais e sociedade e o uso baseado em normas, operações e evidências científicas.
- **Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPO) (60h)** – formação para o uso responsável de tecnologias não letais, como sprays de pimenta, armas de incapacitação neuromuscular e munições de impacto controlado.
- **Uso Diferenciado da Força (40h)** – formação com foco na aplicação da força de forma legal, proporcional e progressiva, de maneira alinhada à garantia de direitos à proteção da vida.
- **Enfrentamento ao Discurso de Ódio e a Crimes Digitais (60h)** - formação com foco nas técnicas e procedimentos de identificação, recebimento e encaminhamento de denúncias de crimes digitais e discursos de ódio.
- **Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (60h)** – formação para bombeiros e agentes de salvamento, baseada em diretrizes internacionais da ONU.
- **Atuação Junto a Pessoas em Situação de Rua (50h)** – formação para a promoção de uma atuação qualificada junto às populações em situação de rua, por meio do desenvolvimento de competências para a análise dos determinantes sociais, a aplicação dos marcos de direitos humanos e a articulação da ação policial com a rede de serviços de proteção social. Integra o Plano Nacional Ruas Visíveis.

- **Policamento e Proteção aos Povos Indígenas (60h)** - capacitação para a atuação ética e respeitosa em ações de policiamento e proteção, uso de técnicas de comunicação intercultural e aplicação de protocolos de ação integrada e marcos legais junto, fomentando a compreensão das especificidades dos contextos socioculturais, étnico-históricos e territoriais dos povos indígenas.
- **Educação para o Trânsito no Contexto da Segurança Pública (30h)** – formação que busca reduzir acidentes e fortalecer práticas cidadãs no trânsito.

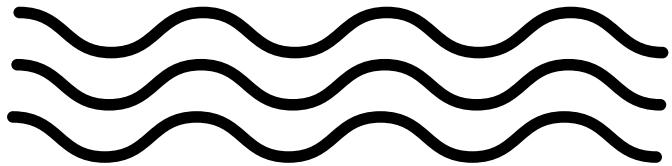


Foto: Divulgação

Bolsa-Formação: MJSP investe cerca R\$ de 45 milhões na capacitação dos profissionais do Susp

No âmbito do Projeto Bolsa-Formação, o MJSP ampliou a capacitação e investiu mais de R\$ 45.695.700,00 milhões na formação de profissionais da segurança pública. Foram ofertadas mais de 53 mil vagas em cursos gratuitos de capacitação previstos no programa, que integra o Pronasci 2.

Ao todo, 11 cursos autoinstrucionais, dos quais cinco inéditos, foram incluídos neste ciclo do Bolsa-Formação, contemplando policiais civis e militares, bombeiros, guardas municipais e peritos oficiais. Os participantes aprovados nos cursos recebem uma bolsa de R\$ 900,00.



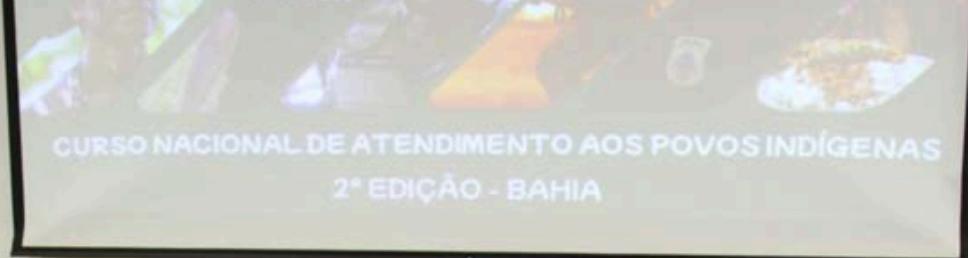


Foto: Divulgação

MAIS DE 7 MIL CAPACITADOS NOS CURSOS PRESENCIAIS OFERECIDOS PELA SENASP

Ao longo do segundo semestre de 2025, a Senasp, em parceria com os estados e Distrito Federal, realizou 46 cursos, distribuídos em 183 edições, atendendo às demandas de capacitação dos profissionais de segurança pública em diversas temáticas. Ao todo, 7.245 profissionais foram capacitados nas formações presenciais oferecidas pela Senasp.

PÓS-GRADUAÇÕES ESTÃO DISPONÍVEIS PARA OS PROFISSIONAIS DO SUSP

No segundo semestre de 2025, foram preparadas as novas turmas de pós-graduação para os profissionais da segurança pública.

A pós-graduação *lato sensu* em Enfrentamento aos Crimes Ambientais e Proteção dos Povos Indígenas, em parceria com a Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), entra em sua terceira edição, e está com as inscrições abertas para mais 225 discentes. As inscrições vão até o dia 01/2/2026 através do site <https://sistemas.ufgd.edu.br/scpg-inscricao>.

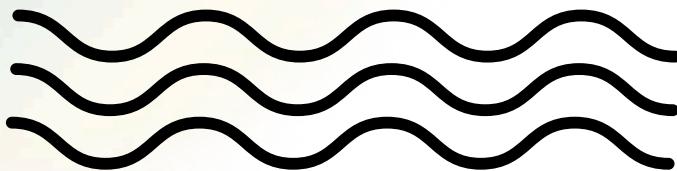
Outras duas pós-graduações *lato sensu* tiveram parcerias firmadas no segundo semestre de 2025 para início em 2026: a segunda turma da pós-graduação em Inteligência e Inovação aplicadas no enfrentamento ao Crime Organizado, ofertada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com 270 vagas; e a Pós-Graduação em Gestão Municipal da Ordem Pública e Segurança Cidadã, que será ofertada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com 200 vagas.

Neste período, foram ainda realizados chamamento público e seleção de dois novos cursos de pós-graduação para início em 2026: a pós-graduação em Gestão e Liderança para Mulheres na Segurança Pública, que será ofertada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Pós-Graduação em Estratégia, Governança e Gestão em Operações Integradas de Proteção de Divisas, Fronteiras e Biomas, uma parceria DEP/Diopi, que será ofertada pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).



SENASA PACTUA PARCERIA COM A UFMG PARA A REVISÃO DA MATRIZ CURRICULAR DAS AÇÕES EDUCACIONAIS VOLTADAS ÀS GUARDAS CIVIS MUNICIPAIS (GCMs)

Em setembro de 2025, foi pactuada a parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais para a revisão da Matriz Curricular das Guardas Civis Municipais (GCMs). A matriz será atualizada para oferecer um referencial teórico-metodológico para as ações educacionais voltadas a este público, assim como para atender as necessidades da população, dos municípios e conforme as atribuições das GCMs.



REVISÃO DA MATRIZ CURRICULAR: CONHECENDO A OPINIÃO DOS PROFISSIONAIS DO SUSP

Em dezembro de 2025, foram iniciadas as pesquisas realizadas pela Universidade de Brasília (UnB) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), para modernizar competências e funções profissionais da segurança pública, e para conhecer sua percepção sobre seus processos de formação. Essas pesquisas fazem parte da revisão da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Segurança Pública (MCN), realizada pela Senasp.

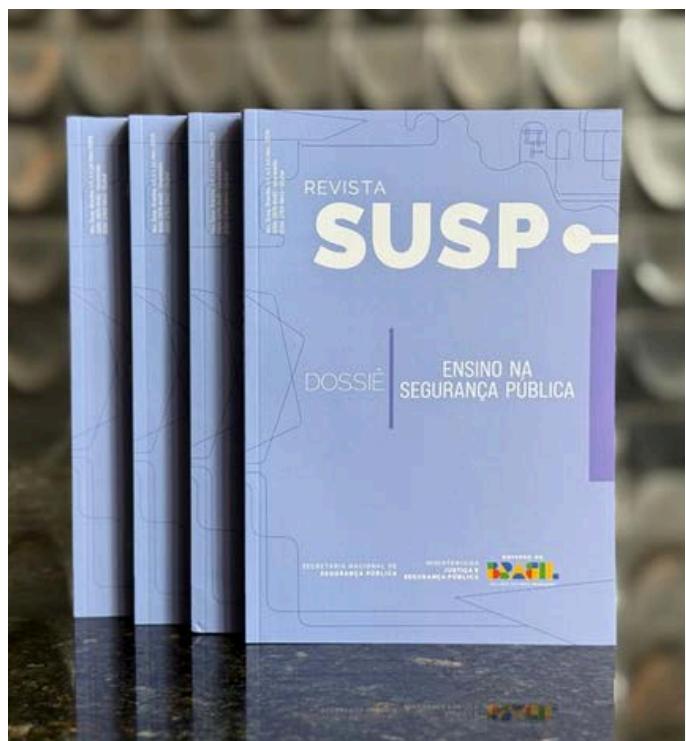
As matrizes curriculares são o principal referencial teórico-metodológico para orientar as ações formativas dos profissionais da segurança pública no Brasil. Este processo de atualização visa incorporar, nos processos de qualificação, propostas pedagógicas que permitam aos profissionais enfrentar os novos desafios do campo com ainda mais conhecimento, responsabilidade, e autocuidado, dentro dos marcos do estado democrático de direito e dos direitos humanos.

FOMENTO À PESQUISA EM SEGURANÇA PÚBLICA E DEMOCRACIA - COOPERAÇÃO SENASP E CAPES

Foi finalizada a seleção dos projetos do Programa de Cooperação Acadêmica Capes/Senasp - Procad Segurança Pública e Democracia. Foram divulgados os seis projetos de pesquisa que receberão até um milhão de reais cada, para o pagamento de bolsas de extensão, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Os projetos contemplados são liderados pelas seguintes universidades: UnB, UTFPR, UPE, UFRGS e UERJ.

5ª EDIÇÃO DA REVISTA SUSP ENFOCA NOVOS PARADÍGMAS E ATUALIZAÇÕES

Também em dezembro foi lançada a 5ª Edição da Revista Susp, com um volume de fluxo contínuo e uma edição especial com o tema “Ensino na Segurança Pública”. Nos últimos anos, um conjunto importante de ações tem definido novos paradigmas para as ações educacionais para os profissionais de segurança pública, e duas delas inspiraram o escopo desta edição da Revista Susp. A primeira é o fortalecimento da Rede Nacional de Educação à Distância em Segurança Pública – Rede EaD Senasp, que completou 20 anos em 2025. O segundo é a revisão e atualização da Matriz Curricular Nacional dos profissionais da Segurança Pública (MCN), que está em curso.





SINESP AMPLIA ADESÕES E FORTALECE O USO DE SOLUÇÕES INTEGRADAS NA SEGURANÇA PÚBLICA

O Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp) registrou, em 2025, um crescimento expressivo no número de adesões às suas soluções tecnológicas integradas, consolidando-se como plataforma estratégica de apoio às instituições de segurança pública e a outros órgãos que, embora não integrem o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), atuam de forma complementar na prevenção, investigação e enfrentamento da criminalidade.

Com uma infraestrutura tecnológica nacional, o Sinesp disponibiliza soluções gratuitas que promovem a integração de bases de dados, ampliam a capacidade analítica dos órgãos usuários e fortalecem a tomada de decisão baseada em informações. Entre as principais soluções ofertadas estão o Sinesp InfoSeg, o Sinesp CAD e a plataforma Brasil M.A.I.S.

O Sinesp InfoSeg é uma solução de pesquisa em bases de dados integradas, referentes a indivíduos, empresas, veículos e armas, de acesso controlado, disponibilizada na Plataforma Sinesp. Em 2025, foram firmados 14 novos termos de adesão ao InfoSeg com órgãos não integrantes do SUSP, incluindo tribunais, ministérios públicos, defensorias públicas e outras instituições, como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), institutos de atendimento socioeducativo e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), ampliando o uso da ferramenta em diferentes esferas do Estado.



Outra solução que apresentou crescimento relevante foi o Sinesp CAD 3.0, uma solução de suporte a serviços públicos emergenciais, que permite a integração do atendimento de forças de Segurança Pública e outros órgãos (Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Rodoviária Federal, Guardas Municipais, etc.), otimizando a gestão de recursos e diminuindo o tempo de resposta, além de melhorar o planejamento operacional.



Fotos: Divulgação

Também se destaca a expansão da plataforma Brasil M.A.I.S. (Meio Ambiente Integrado e Seguro), um subprograma de consciência situacional por sensoriamento remoto que prevê ações na área de Segurança Pública, por meio de acesso a imagens de satélite de alta resolução. Em 2025, foram registradas 10 novas adesões de órgãos integrantes do SUSP, ampliando a capilaridade e o alcance da ferramenta no apoio às atividades operacionais e investigativas.

O crescimento das adesões em 2025 evidencia o reconhecimento institucional e a confiança dos órgãos públicos nas soluções ofertadas pelo Sinesp, além de reforçar o papel da plataforma como eixo estruturante da integração de dados, da modernização tecnológica e do fortalecimento da segurança pública em âmbito nacional.





SINESP PPE FORNECE INTELIGÊNCIA ANALÍTICA PARA MAPEAR PERFIS CRIMINAIS

Fotos: Divulgação

O Sinesp PPE é a solução definitiva para unidades operacionais e polícias legislativas, automatizando o registro de ocorrências e a gestão cartorária. Gratuita para as Unidades da Federação (UFs), a plataforma promove interoperabilidade e fornece inteligência analítica para o mapeamento de perfis criminais. No segundo semestre de 2025, foram concluídas e disponibilizadas as seguintes entregas no âmbito do desenvolvimento e evolução do PPE:

- Formulários Parametrizados (FONAR e Rogéria): implementação de formulários específicos para maior padronização e rastreabilidade, em total conformidade com os requisitos legais e operacionais estabelecidos pelo CNJ.
- Integração Celular Seguro: foram disponibilizadas a consulta de IMEI integrada ao serviço Celular Seguro, otimizando a identificação de dispositivos em investigações.
- Expansão: em dezembro, foram realizadas a capacitação de multiplicadores na Polícia Penal do Rio Grande do Norte. Este marco representa a primeira implantação do sistema em uma Polícia Penal, elevando o alcance do PPE para 29 instituições em 14 estados.

Sinesp + (Solução Mobile)

O aplicativo Sinesp+ consolida as funcionalidades da plataforma na palma da mão do operador de segurança pública, integrando-se nativamente ao Sinesp CAD.

Novas funcionalidades entregues:

- Consulta de Veículos: acesso direto à base de dados da Senatran.
- Gestão de Ocorrências: funcionalidades completas de despacho e monitoramento via mobile.

- Base Nacional de BOs: consulta integrada à Base Nacional de Boletins de Ocorrência.

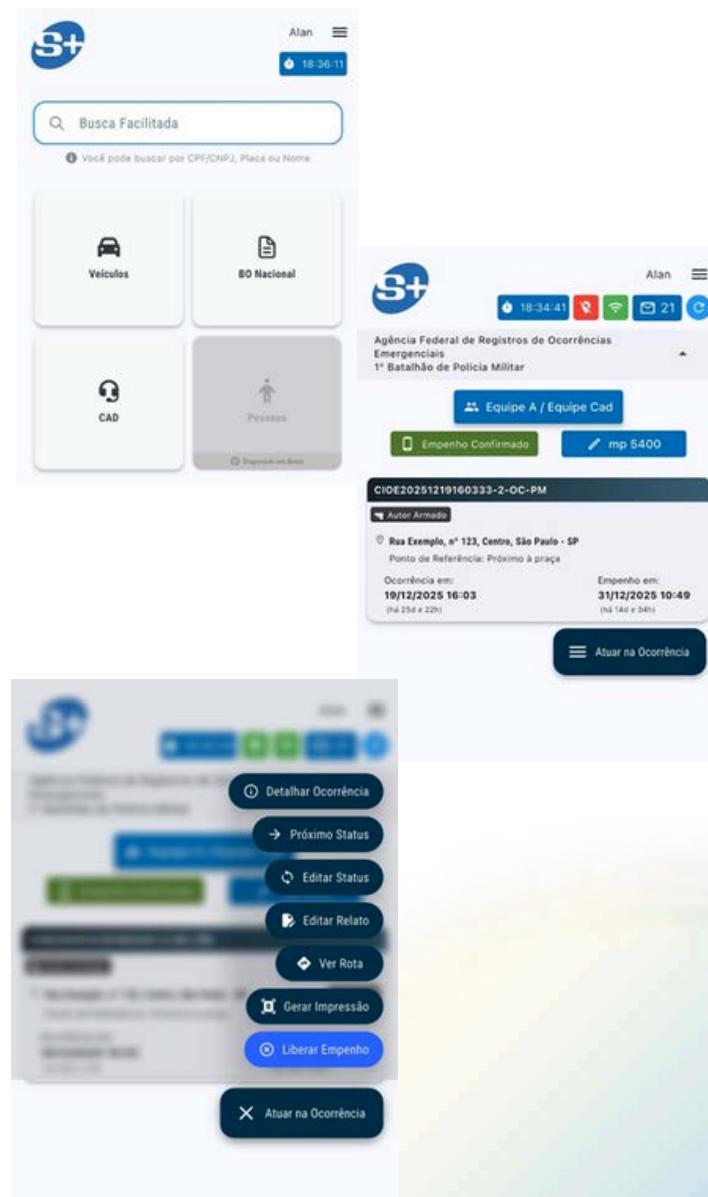




Foto: Divulgação/MJSP.

MJSP REALIZA WEBINÁRIO PARA FORTALECER GESTÃO E INTEGRAÇÃO DE DADOS EM SEGURANÇA PÚBLICA

Entre os dias 17 e 18 de setembro, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) realizou o Webinário do Sinesp Infoseg, com o objetivo de aprimorar a gestão e nivelar o conhecimento entre os profissionais de segurança pública. O evento faz parte de uma série de webinários que serão promovidos pela pasta com representantes de instituições estratégicas do setor.

A iniciativa busca aproximar o Poder Público de órgãos que já utilizam ou que ainda podem aderir à solução Sinesp Infoseg, ferramenta que integra dados de diferentes áreas, oferecendo consultas rápidas e inteligentes para auxiliar profissionais no exercício de suas funções.

Esta edição contou com a participação de 150 integrantes do Poder Judiciário e 100 dos Ministérios Públicos, na modalidade *on-line*. A iniciativa foi articulada pela Diretoria de Gestão e Integração de Informações (DGI), da Secretaria de Segurança Pública (Senasp), do MJSP.

O secretário da Senasp, Mario Sarrubbo, ressalta que reunir profissionais de todo o País em torno da integração de dados é um passo essencial para fortalecer a segurança pública. Para ele, o Sinesp se consolida como uma ferramenta estratégica, capaz de oferecer respostas ágeis e inteligentes.

“Ao promover capacitação e nivelamento de conhecimento, o MJSP reforça seu compromisso com a eficiência na gestão da informação. Essa aproximação entre instituições fortalece o trabalho conjunto e aprimora a tomada de decisões. Iniciativas como essa são fundamentais para modernizar a atuação dos órgãos de segurança”, diz.

De acordo com a diretora da DGI, Vanessa Fusco, o webinário é essencial para alinhar o conhecimento dos gestores locais, garantindo o uso mais eficaz e seguro da ferramenta.

“Além de promover escuta ativa e participação das instituições, reforça a integração dos dados e potencializa a cultura da tomada de decisões baseadas em informações. Ao envolver o Judiciário e os Ministérios Públicos, fortalece a cooperação interinstitucional e promove o Infoseg como instrumento estratégico para uma segurança pública mais integrada e eficiente”, destaca.

Resultados esperados

Com a realização dos webinários, a expectativa é que as instituições participantes fortaleçam o uso do Sinesp Infoseg, superem dificuldades técnicas, compreendam melhor a gestão de acessos e maximizem o potencial da ferramenta. A iniciativa deve consolidar parcerias estratégicas e contribuir para a eficiência da segurança pública no País.

Segundo o coordenador-geral de Gestão e Integração de Dados da DGI, Dérík Reis do Nascimento, os resultados vão além da capacitação técnica. “O webinário ajuda a alinhar o conhecimento dos gestores locais melhorando a gestão da ferramenta e otimizando o fluxo de acessos, além de criar um canal de comunicação mais direta para saneamento de dúvidas”, lembra.





TRIÊNIO 2023-2025: MISSÕES DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA CHEGAM EM TODAS AS REGIÕES DO PAÍS

Ao longo dos últimos três anos (2023 a 2025), a Força Nacional de Segurança Pública atuou em todas as regiões do país, seja em operações ou na capacitação de profissionais de segurança pública, sendo mobilizada para atuar em 24 Unidades da Federação: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins.

No período, foram executadas 259 operações em apoio aos entes federativos e a órgãos parceiros, abrangendo ações de preservação da ordem pública, proteção ambiental, proteção de Terras Indígenas, segurança de fronteiras e ajuda humanitária, além de respostas a desastres naturais.

As operações em Terras Indígenas concentraram a maior parcela do esforço operacional, representando 49,3% do total, seguidas pelas ações de proteção ambiental, com 26,4%. As operações voltadas à manutenção da ordem pública e às regiões de fronteira corresponderam, cada uma, a 10,7%, enquanto as ações de ajuda humanitária representaram 2,6%.

Do total de operações realizadas, 55,3% ocorreram na Região Norte. O Centro-Oeste concentrou 16,4% das ações, seguido pelo Sul (14,5%), Nordeste (11,8%) e Sudeste (2%).

Operações de Proteção de Terras Indígenas

Entre 2023 e 2025, a Força Nacional atuou em 69 Terras Indígenas em apoio à Fundação Nacional dos Povos Indígenas e Polícia Federal, distribuídas em 10 estados, com crescimento progressivo ao longo do período: 35 TIs atendidas em 2023, 37 em 2024 e 48 em 2025.

As ações concentraram-se principalmente na Região Norte, que respondeu por 58% das operações, seguida pelo Sul (16%) e pelas regiões Centro-Oeste e Nordeste (13% cada).

As operações foram desenvolvidas de forma integrada com o Ministério dos Povos Indígenas, Funai, Ibama, ICMBio, Polícia Federal, governos estaduais e outros parceiros, com foco na mediação de conflitos fundiários, proteção de comunidades indígenas, preservação ambiental e enfrentamento a ilícitos como garimpo ilegal, extração irregular de madeira, tráfico de animais e desmatamento.

Destacam-se as ações de apoio à desintrusão de não indígenas, como na Terra Indígena Yanomami (RR), a proteção de lideranças indígenas ameaçadas, a segurança de servidores públicos e a prevenção de conflitos em áreas sensíveis.





AÇÕES REFORÇAM O COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS E A CRIMES AMBIENTAIS EM ÁREAS CRÍTICAS

No triênio, a Força Nacional intensificou sua atuação no combate a crimes ambientais, apoiando operações de fiscalização do Ibama e do ICMBio em toda a Amazônia Legal. Em 2024, em cumprimento a decisão do Supremo Tribunal Federal, reforçou sua presença em áreas críticas, mobilizando cerca de 700 profissionais para conter aproximadamente 1.500 focos de incêndio em 20 municípios que concentraram a maior parte das ocorrências registradas no período.

Ao todo, as ações ambientais da Força Nacional se estenderam por 11 Estados, em 22 cidades. Essas ações se concentraram em três regiões do país: Norte (76%), Nordeste (11%) e Centro-Oeste (13%).



ATIVIDADES INTEGRADAS ATUAM NAS FRONTEIRAS, NAS OPERAÇÕES DE PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA E DE AJUDA HUMANITÁRIA

A Força Nacional também atuou de forma contínua em regiões de fronteira nos estados do Acre, Amazonas e Paraná, com foco no enfrentamento a crimes transnacionais, como o tráfico de drogas, armas e pessoas, além de contrabando e descaminho, por meio de ações fluviais e terrestres. As atividades foram desenvolvidas de maneira integrada com órgãos federais, estaduais e forças locais.

No âmbito da preservação da ordem pública, houve apoio ao Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Rondônia em momentos críticos, assegurando a proteção de bens públicos, o reforço do policiamento ostensivo e proteção das pessoas.

Na área humanitária, a Força Nacional atuou tanto em território nacional, com apoio às ações emergenciais no Rio Grande do Sul em 2024, quanto em missões internacionais no Chile, Bolívia e Canadá, consolidando seu papel como instrumento de cooperação e solidariedade internacional.





MAIS DE 17 MIL PROFISSIONAIS QUALIFICADOS DE 2023 A 2025

Ao longo do triênio 2023-2025, a Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP), em parceria com a Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP) da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), ampliou de forma significativa suas ações voltadas à formação e capacitação de profissionais da segurança pública em todo o país.

As iniciativas abrangeram cursos de capacitação, treinamento, atualização e habilitação destinados a servidores mobilizados, policiais e bombeiros militares, peritos, papiloscopistas, policiais civis, além de profissionais de outras instituições federais e estaduais.

As formações contemplaram temáticas estratégicas como uso diferenciado da força, gestão de multidões, polícia comunitária, enfrentamento a crimes ambientais, combate a incêndios florestais, atuação em Terras Indígenas e atendimento a populações em situação de vulnerabilidade.

Como resultado desse esforço contínuo, foram capacitados 4.070 profissionais em 2023, 6.229 em 2024 e 7.579 em 2025, totalizando 17.556 profissionais de segurança pública qualificados ao longo do período.

As ações de capacitação alcançaram 23 Unidades da Federação, com atividades realizadas tanto nos estados quanto em Brasília, no Centro de Treinamento e Capacitação da DFNSP, que recebeu profissionais de diversas instituições.

INCLUSÃO, CIDADANIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Durante o período, a Força Nacional desenvolveu ações voltadas à inclusão social, à equidade e ao apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, integrando essas iniciativas às diretrizes de responsabilidade social da Diretoria e fortalecendo uma atuação cada vez mais humanizada.

Uma das iniciativas, foi uma ação social que possibilitou a visita de cerca de 350 pessoas, entre estudantes com deficiência, educadores e profissionais de saúde, ao Batalhão Escola de Pronto Emprego (Bepe), em alusão ao Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, ocorrida em setembro.

A atividade contou com o apoio de órgãos de segurança pública, como Polícia Militar, Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e Polícia Rodoviária Federal, fortalecendo a integração entre sociedade civil e segurança pública.



Fotos: Divulgação/MJSP



AÇÃO SOCIAL APROXIMA SEGURANÇA À COMUNIDADE

Em dezembro de 2024, a Força Nacional participou do evento “Natal Solidário”, a convite do Instituto Mulheres Divas e Divos, realizado no Quadradão Cultural, no Riacho Fundo II (DF).

A iniciativa reforçou a aproximação entre profissionais de segurança pública com a comunidade local, promovendo cidadania, a dignidade humana e a responsabilidade social.



Além disso, a Força Nacional participou das ações do Natal Solidário, promovido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MJSP), nas quais os agentes de segurança contribuíram com a doação de presentes e com o apoio logístico às atividades, assegurando que a ação alcançasse crianças e famílias em situação de vulnerabilidade no Distrito Federal.

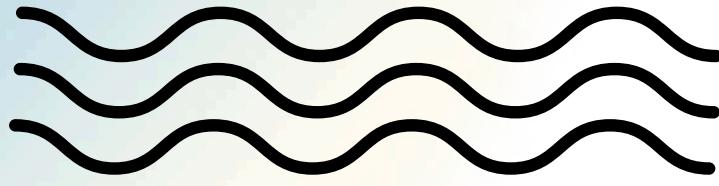


Ajuda humanitária ao Rio Grande do Sul

A Força Nacional de Segurança Pública mantém, de forma contínua, iniciativas voltadas à solidariedade, à conscientização e à promoção da cidadania, integrando essas ações às suas atividades operacionais.

No contexto da Operação de Ajuda Humanitária no Rio Grande do Sul, em maio de 2024, foi realizada uma campanha interna de arrecadação entre profissionais mobilizados, resultando na obtenção de recursos convertidos na aquisição de mais de 1.000 itens, entre alimentos e cobertores, destinados às comunidades afetadas pelas enchentes.





AÇÕES SOLIDÁRIAS E CONSCIENTIZAÇÃO

No campo da conscientização, a Força Nacional participa ativamente da campanha "PRF Amiga dos Autistas – Blitz do Autismo". A parceria com a Polícia Rodoviária Federal promove ações educativas com a distribuição de material informativo à população.

A iniciativa contribui para ampliar o conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), reforçando o respeito aos direitos das pessoas com deficiência e a importância de uma abordagem inclusiva no atendimento à sociedade.

A atuação da Força Nacional também contempla a realização de palestras sobre inclusão e acessibilidade, direcionadas aos profissionais de segurança pública, com foco na sensibilização, no fortalecimento do atendimento humanizado e na promoção da igualdade e no respeito aos direitos fundamentais.



No âmbito da assistência social, a Força Nacional realiza, de forma recorrente, a entrega de cestas básicas e doações a instituições comunitárias, como a Creche da Tia Tatá, localizada na Cidade Estrutural (DF) que atende crianças de mães catadoras de recicláveis por meio de trabalho voluntário.



Durante as ações da Operação no Mato Grosso do Sul, no município de Iguatemi/MS, equipes da Força Nacional promoveram a entrega de presentes a cerca de 50 crianças indígenas, em uma iniciativa inspirada pelo espírito natalino.

A ação transformou a rotina operacional em um momento de aproximação e sensibilidade, marcado por sorrisos, acolhimento e interação respeitosa com a comunidade local. Mais do que um gesto simbólico, a iniciativa reforçou valores fundamentais como o respeito à diversidade cultural, a proteção da infância e o fortalecimento da confiança entre a Segurança Pública e a população.



Apreensão de drogas em três estados causa prejuízo de mais de R\$ 20 milhões ao crime organizado

Articulação da Rede Nacional de Unidades Especializadas de Enfrentamento ao Narcotráfico retirou quase 1 tonelada de substâncias ilegais das mãos de quadrilha que atuava no Amazonas, no Ceará e no Pará



Foto: Divulgação/MJSP.

A articulação entre os departamentos de narcóticos das Polícias Civis do Amazonas (AM), do Ceará (CE) e do Pará (PA) resultou em três operações e a apreensão de 988 quilos de drogas, causando um prejuízo estimado em R\$ 20 milhões às organizações criminosas.

As ações, que ocorreram em 4, 9 e 10 de julho, foram apoiadas pela Rede Nacional de Unidades Especializadas de Enfrentamento ao Narcotráfico (Renarc), da Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência (Diopi), da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

As três operações integram a estratégia nacional de integração entre unidades especializadas das Polícias Civis. O diretor da Diopi, Rodney da Silva, explica que o uso conjunto de inteligência policial, a investigação e o compartilhamento ágil de informações permitiram a desarticulação de uma rota interestadual de tráfico de drogas, que utilizava eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos como forma de ocultação.

“Os resultados reafirmam o papel da Renarc no enfrentamento qualificado ao narcotráfico, ampliando o impacto das ações policiais sobre o crime organizado”, ressalta Rodney da Silva.

Ação no Amazonas

Em 4 de julho, a Polícia Civil do Amazonas, por meio do Denarc, desarticulou uma organização criminosa que utilizava a capital amazonense como ponto de distribuição de drogas para outras regiões do País. Após oito meses de investigações, foram apreendidos 607 quilos de skunk. O material estava escondido em dezenas de fritadeiras elétricas, prontas para serem enviadas ao Ceará e Pará. Dois suspeitos foram presos em flagrante.

Segundo o diretor do Denarc, no Amazonas, delegado Rodrigo Torres, foram identificados três imóveis que estavam sendo utilizados como depósito, embalagem e base logística do grupo criminoso. “A apreensão ocorreu quando o carregamento seria enviado por transportadora. As duas pessoas presas eram os principais responsáveis pela contabilidade e distribuição da droga.”





LISTA DE PROCURADOS

! DENUNCIE!
LIGUE 190 | 197 | 181

Foto: Divulgação/MJSP

MJSP LANÇA PROGRAMA CAPTURA PARA INTENSIFICAR A BUSCA POR CRIMINOSOS DE ALTA PERICULOSIDADE EM TODO O PAÍS

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, lançou, no dia 8/12, o Programa Captura. A ação de articulação nacional é voltada à identificação, à localização e à prisão de criminosos considerados de alta periculosidade. A medida visa cumprir mandados de prisão cuja execução é estratégica para enfrentar organizações criminosas e reduzir a criminalidade violenta no Brasil.

O Programa é coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). Uma de suas principais ferramentas é o site gov.br/captura, que disponibiliza, de forma integrada e transparente, a lista dos 216 foragidos mais procurados do País. O critério de escolha desse material foi estabelecido pela Portaria MJSP nº 570/2023, publicada em 21 de dezembro de 2024, e regulamentado pelo Despacho nº 80/2025, assinado pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski.

Cada Unidade da Federação indicou oito alvos prioritários com base em uma matriz de risco. Essa matriz avaliou aspectos como gravidade e natureza do crime cometido, vinculação com organizações criminosas, existência de múltiplos mandados de prisão e atuação interestadual. A iniciativa também fomenta o intercâmbio de informações entre os entes federados e estimula a colaboração direta da população. Denúncias anônimas podem ser feitas pelos canais 190 e 197.

Integração nacional e atuação local

O Programa Captura foi concebido como uma ação estruturante do Sistema único de Segurança Pública (Susp), com foco em operações integradas entre as Polícias Civis, Militares e as unidades de inteligência estaduais e federais. A lista dos procurados, disponível no portal institucional, permite que os órgãos de segurança de todo o País identifiquem os alvos prioritários de outras Unidades da Federação. Isso facilita operações conjuntas, acelera diligências e potencializa a captura interestadual de foragidos.

A portaria estabelece que o cadastro poderá ser atualizado semestralmente ou, em casos excepcionais devidamente justificados, a qualquer tempo. Essa flexibilidade assegura que o banco de alvos estratégicos permaneça coerente com a dinâmica criminal em constante evolução.

Sistema de inteligência - Ainda no dia 8/12, o ministro Ricardo Lewandowski instituiu, por meio da Portaria MJSP nº 847/2025, o Sistema Nacional de Inteligência para Enfrentamento ao Crime Organizado (Orcrim). A medida cria um repositório seguro e estratégico de informações de inteligência voltado ao combate às organizações criminosas.

O acesso será restrito às agências de inteligência da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, das Polícias Civis e Militares dos estados e do Distrito Federal, além das secretarias estaduais de segurança pública e dos sistemas penitenciários. A Senasp definirá normas técnicas para adesão, operação e tratamento de dados.



SENASP 2025

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO Povo BRASILEIRO





Foto: Everton Ubal/MJSP

COMBATE AO CRIME: MJSP LANÇA REDE NACIONAL CONTRA ROUBO DE CARGAS

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) lançou, em 16 de dezembro, a Rede Nacional de Enfrentamento ao Roubo e Furto de Carga (Redecarga), iniciativa voltada a fortalecer a atuação integrada das forças de segurança no combate a um dos crimes que mais impactam a logística, a economia e a segurança pública no País. A cerimônia ocorreu durante a abertura do I Encontro Técnico da Rede, realizado nos dias 16 e 17 de dezembro, em Brasília (DF), reunindo representantes de todas as Unidades da Federação, da Polícia Rodoviária Federal (PRF), da Polícia Civil (PC) e do setor privado de transporte.

A coordenação da Rede ficará a cargo da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), por meio da Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência (Diopi). O objetivo é promover a integração entre as Delegacias Especializadas no Enfrentamento ao Roubo e Furto de Carga de todo o Brasil, ampliando a cooperação institucional, o intercâmbio de informações estratégicas e a realização de ações conjuntas voltadas à repressão qualificada dessas práticas criminosas.

Durante o encontro, os pontos focais indicados pelos estados participaram de debates e painéis voltados ao compartilhamento de experiências, à apresentação de boas práticas e ao alinhamento de procedimentos operacionais.

A proposta é permitir que as equipes conheçam as diferentes realidades regionais e construam soluções conjuntas, respeitando as especificidades locais, mas atuando de forma coordenada no enfrentamento do crime organizado que atua no setor de transporte de cargas.

Para o secretário nacional de Segurança Pública, Mário Sarrubbo, a criação da Rede representa um avanço estrutural na política de segurança pública.

“As redes nacionais especializadas representam um passo significativo para a desconstrução do crime organizado no Brasil. No caso do roubo e do furto de cargas, o diálogo permanente e a cooperação entre União e estados são fundamentais para ampliar a eficiência das investigações e das operações”, destacou.

Com a criação da Rede Nacional de Enfrentamento ao Roubo e Furto de Carga, o MJSP reforça a diretriz de atuação integrada prevista no Sistema Único de Segurança Pública (Susp), apostando na cooperação federativa, na inteligência policial e no diálogo com a sociedade para enfrentar de forma estruturada o crime organizado no País.



Fotos: Divulgação/MJSP

FORÇAS DE SEGURANÇA PARTICIPAM DO 4º ENCONTRO TÉCNICO NACIONAL DA RENARC; EVENTO APROFUNDA ESTRATÉGIAS CONTRA O NARCOTRÁFICO

Autoridades de segurança pública de diferentes regiões do País se reuniram, no dia 10 de outubro, no 4º Encontro Técnico Nacional da Rede Nacional de Unidades Especializadas de Enfrentamento ao Narcotráfico (Renarc), promovido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). A reunião teve como objetivo aprimorar o planejamento estratégico das ações voltadas ao enfrentamento do narcotráfico e das organizações criminosas.

Criada para fortalecer a investigação qualificada, a Renarc integra unidades da Polícia Judiciária Civil responsáveis pela repressão ao tráfico de drogas, considerado uma das principais fontes de financiamento de atividades ilícitas e um fator de instabilidade social. A coordenação da iniciativa é realizada pela Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência (Diopi/Senasp), que tem a missão de articular esforços entre os entes federativos, promover o intercâmbio de informações e ampliar a capacidade de resposta do Estado.

A Rede busca construir um sistema integrado de cooperação que agilize a coleta de provas, identifique lideranças criminosas, desmantele estruturas operacionais e financeiras vinculadas ao tráfico e amplie a recuperação de ativos ilícitos. O aprimoramento desses mecanismos de investigação e coordenação é considerado estratégico para elevar a eficiência das operações conduzidas pelas forças de segurança.

Durante a abertura do encontro, o diretor de Operações Integradas e de Inteligência (Diopi), Rodney da Silva, destacou a relevância da atuação conjunta para enfrentar fenômenos criminosos que ultrapassam limites geográficos: "No Brasil, o crime organizado não trabalha com fronteiras. Este encontro é para avaliarmos resultados e para que, de forma franca e aberta, possamos aprimorar as estratégias das operações das unidades especializadas, que são as forças de segurança", afirmou.

Resultados da Operação Narke em 2025

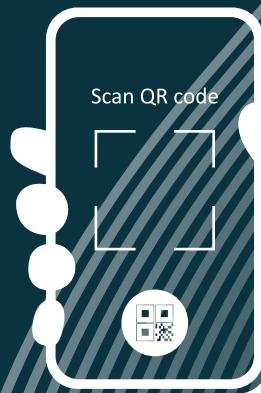
- 27,7 toneladas de drogas apreendidas
- 121 toneladas de drogas incineradas
- 280 veículos apreendidos
- 330 armas retiradas de circulação
- 478 mandados de busca e apreensão cumpridos
- 60.700 unidades de drogas sintéticas apreendidas
- 2.197 pessoas presas
- R\$ 915.313.189 em prejuízo financeiro ao crime organizado



SENASA

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

www.gov.br/senasp



SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO Povo BRASILEIRO